

O QUE PENSAM OS CANDIDATOS A PREFEITO SOBRE A REFORMA POLÍTICA? RESULTADOS DE UM SURVEY NACIONAL EM 2016¹

Márcio Carlomagno²

Resumo: Este artigo apresenta os resultados de um *survey* online aplicado aos candidatos a prefeito em 2016, sobre temas relacionados à reforma política. Verificamos os posicionamentos sobre as mudanças ocorridas em 2016, os efeitos percebidos sobre a campanha por causa do fim das doações empresariais e as opiniões sobre as pautas propostas para futuras reformas. Após discussão metodológica sobre os limites desta abordagem e ponderações estatísticas, apresentamos as distribuições distinguidas em duas variáveis: por partido político e pela divisão entre políticos profissionais e amadores. Seguindo parcialmente na trilha da pesquisa Shaun Bowler e co-autores, apresentamos duas hipóteses. a) *existem congruências entre as preferências das elites partidárias nacionais e das elites partidárias locais*; b) *políticos profissionais tendem a ser mais propensos pela manutenção das regras que os beneficiam e amadores tendem a ser mais favoráveis às mudanças*. Nossa primeira hipótese foi parcialmente negada. Apesar de ser verdadeira para o caso do PT, que apresenta respostas na mesma direção dos posicionamentos públicos da direção nacional do partido – como a adesão à lista fechada – a hipótese foi negada para o caso do PSDB, cujos candidatos não defendem nem o sistema distrital misto nem o parlamentarismo – duas bandeiras deste partido. A segunda hipótese foi confirmada. Políticos profissionais e amadores tendem a avaliar de forma distinta, baseado em seu auto-interesse. Políticos profissionais são mais favoráveis a medidas que dificultam a entrada de novos atores no campo, como a diminuição do tempo de campanha e do tempo de televisão e rádio. A importância do artigo reside na expansão do debate público sobre reforma política no Brasil.

Palavras-chave: reforma política; reforma eleitoral; elite local; *survey* online; pesquisa de opinião.

¹ Agradeço a Roberta Picussa (ALEP) e Leonardo Rocha (UFPR) pelos comentários à versão inicial deste artigo, durante o II Seminário da Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Paraná. O desenho de pesquisa contou com sugestões e colaboração do prof. dr. Sérgio Braga. O banco de dados utilizado neste artigo foi disponibilizado no repositório Dataverse da Universidade de Harvard e pode ser acessado pelo seguinte endereço: <http://dx.doi.org/10.7910/DVN/G5BIEI>

² Cientista político. Mestre e doutorando em ciência política pela Universidade Federal do Paraná. Contato: mccarlomagno@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Quais são as opiniões e os posicionamentos da elite local sobre temas concernentes ao sistema político-eleitoral brasileiro e a reforma destas regras? Há uma longa tradição no Brasil de aferimento da opinião das elites políticas, com destaque para a série histórica da *Brazilian Legislative Survey* (POWER; ZUCCO JR., 2011). Mas, usualmente estas pesquisas restringem-se aos atores nacionais. Enquanto isso, pouco se sabe sobre as preferências da elite local. Do outro lado, pesquisas sobre a elite local, por vezes, precisam limitar seu alcance a regiões muito específicas, não possibilitando o registro das preferências da elite local em espectro nacional. O empecilho de mensurar opiniões de atores locais com abrangência nacional ocorre, sobretudo, por questões operacionais – tal pesquisa, aplicada presencialmente, demandaria recursos orçamentários impeditivos.

Neste íterim, a ascensão de novas ferramentas de *surveys* online possibilita a aplicação remota, de modo que podemos acessar estes atores, a custos reduzidos. Em 2016, o TSE inseriu uma inovação no repositório de informações sobre candidatos, passando a disponibilizar seus e-mails de contato. Isto propicia que, a partir de então, pesquisadores utilizem tais contatos para uma série de distintos estudos. Contudo, ferramentas de *surveys* online apresentam importantes e graves limitações metodológicas. Estas limitações devem ser declaradas e reconhecidas de forma muito clara. Iremos discutir na seção metodológica as implicações dos usos deste método em ascensão nas pesquisas de opinião.

Mas por que as preferências da elite local são importantes, uma vez que políticas relacionadas à reforma eleitoral são formuladas por atores nacionais? Entre outros motivos que poderiam ser elencados, está a proximidade entre os atores locais e a população, de modo que as preferências da elite política podem ser um *proxy* das preferências da população. Isto é, podemos encarar a elite local como um mediador do sistema político entre os atores nacionais e a população. As opiniões da elite local refletiriam de forma mais precisa a opinião do eleitorado do que os posicionamentos das elites nacionais.

Iremos verificar os posicionamentos dos candidatos sobre três blocos de questões. O primeiro se refere às mudanças eleitorais realizadas para o ano de 2016, e já em vigor naquele pleito. Em segundo, perguntamos aos candidatos sobre os efeitos da proibição das doações empresariais, medida que também entrou em

vigor em 2016. Por último, sondamos suas posições sobre alguns tópicos postos no debate público sobre reforma política, aventados para o futuro.

O quadro 1 resume as questões que serão abordadas neste artigo. O questionário também incluía um bloco de questões sobre o uso de ferramentas de comunicação em campanha. Este bloco, contudo, não fará parte deste artigo, que se centra na temática da reforma política.

Quadro 1 - Resumo dos tópicos abordados

Bloco	Tópicos			
Mudanças de 2016	Diminuição duração da campanha	Diminuição do tempo TV/Rádio	Teto de gastos	Fim doações empresariais
Fim doações empresariais	Impacto para própria campanha	Prática de caixa 2 (em campanhas concorrentes)		
Propostas para futuro	Clausura de barreira	Fim das coligações	Parlamentarismo	Sistema eleitoral

Fonte: elaboração própria

Shaun Bowler e co-autores (BOWLER; DONOVAN; KARP, 2006) investigaram porque candidatos adotam postura favorável ou contrária a certas mudanças das regras eleitorais. Os autores apresentaram a hipótese – corroborada por dados empíricos de quatro países – de que, embora primariamente guiados por auto-interesse (mensurado pelo fato de pertencer ou não ao corpo dos eleitos), os posicionamentos sobre reforma eleitoral tendem a ser afetados também por valores ideológicos.

Seguindo na trilha destes autores, iremos testar a associação das respostas com duas variáveis, para demonstrar como estas preferências variam entre os distintos atores: a) partido político; b) experiência política, a partir da dualidade entre políticos profissionais (que já tenham ocupado cargos eletivos anteriormente) e amadores. Nestas duas variáveis se dividem as seções que iremos apresentar.

Temos duas hipóteses que pretendemos discutir. A primeira hipótese é que *existem congruências entre as preferências elites nacionais e das elites locais*. Isto é, espera-se que, na divisão por partidos, os respondentes apresentem posicionamentos próximos aos posicionamentos oficiais dos partidos aos quais pertencem e/ou de seus líderes nacionais. A segunda hipótese, tal como argumentado por Bowler, Donovan e Karp (2006), é que *políticos profissionais e políticos amadores tendem a avaliar de forma distinta os tópicos da reforma política*,

com *políticos profissionais tendendo a aprovar medidas que beneficiem o status quo*. Tal posicionamento é esperado, sobretudo, nos tópicos que afetam de forma direta a corrida eleitoral, como tempo de campanha e acesso a recursos de TV e rádio.

Por fim, o artigo se insere dentro do escopo de pesquisas que visam contribuir para a expansão do debate público sobre o tema da reforma política no Brasil.

2. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A aplicação do questionário ocorreu na semana de 21 de setembro de 2016. Foram enviados e-mails a 15.415 candidatos a prefeito, convidando-os a responder a um questionário online sobre reforma política. Este valor constitui a população no momento da aplicação do questionário, com registro deferido ou em trâmite, pendente de julgamento³. Obtivemos 325 respondentes. Dos 35 partidos que lançaram candidatos, obtivemos respostas de candidatos de 33 partidos. Apenas NOVO e PSL não tiveram candidatos que responderam ao questionário – e, portanto, estarão ausentes dos resultados apresentados. A pesquisa tem margem de erro de 5,4 pontos percentuais, a um nível de confiança de 95%.

A metodologia de *surveys* online apresenta algumas vantagens e limites metodológicos sérios, que precisamos clarificar. A aplicação que realizamos é o que Couper (2000) chamou de “amostra baseada em listas”. Este é um *survey* de tipo *probabilístico*. Por ser probabilístico, podemos considerá-lo como uma amostra representativa do universo, dentro das margens de erro e nível de confiança calculados.

Ser probabilístico significa que todos os respondentes potenciais possuem uma chance (conhecida e diferente de zero) de serem selecionados. A maioria dos *surveys* online realizados a partir da distribuição em redes de contatos possui a limitação de não ser probabilístico – e, por isso, não são cientificamente representativos.

Superado este importante obstáculo, nosso desenho de pesquisa enfrenta outra questão séria: o viés de auto-seleção (ou viés de auto-recrutamento). Uma vez que a participação da pesquisa depende da interação, ou seja, da disposição do

³ O número pode variar, eventualmente, se comparado aos valores finais da eleição, já que a aplicação ocorreu durante a campanha e, eventualmente, pode ter havido mudanças pontuais, como cassação de candidaturas, desistências, falecimentos etc. Foram desconsideradas, nesta aplicação, as candidaturas rejeitadas.

respondente em aderir à pesquisa, hipoteticamente, pessoas com maior interesse no tópico podem ter maior propensão à responder – e o conjunto final de respondentes não represente os valores verdadeiros do universo. A este fenômeno Duda e Nobile (2010) chamaram de *stakeholder interest* (interesse do investidor).

Por exemplo, a participação de respondentes do PSOL é uma demonstração clara do viés de auto-seleção. Interessados na pauta, seus candidatos responderam mais do que o que seria estatisticamente esperado. São 9,5% dos respondentes, enquanto apenas 2,5% dos candidatos. Desta forma, não podemos simplesmente rodar as frequências simples dos resultados gerais, pois estes resultados estariam enviesados. É preciso que estes valores sejam ponderados, com a atribuição de pesos aos respondentes. Esta ponderação é não apenas justificável, mas necessária.

A atribuição de pesos aos respondentes, vale notar, não é nenhuma novidade metodológica, embora nem sempre presente na academia brasileira. O *Brazilian Legislative Survey*, já mencionado, utiliza ponderação estatística idêntica à qual nós iremos proceder, assim como, rigorosamente, todas pesquisas de mercado de opinião pública.

Foi aplicado um ajuste de ponderação pós-estratificação (*weighting post-stratification adjustment*) simples, conforme os termos descritos por Bethlehem (2009) e, especialmente, Tourangeau, Conrad e Couper (2013), considerando o partido e tamanho do município como fatores de ponderação.

Embora outros fatores pudessem ser importantes para considerar a amostragem, como a região – fator demográfico imprescindível em pesquisas de opinião com a população em geral – temos um problema do número de respondentes. O número de respondentes limitado nos impede de tratar, simultaneamente, região, tamanho do município e partido. Desta forma – e seguindo outras pesquisas – consideramos que o partido é o mais importante fator amostral em pesquisas com a elite política, pois é em torno deles que se organiza a vida política. Adicionalmente, a importância do fator tamanho do município, no caso brasileiro, já foi demonstrada por pesquisas como a de Speck e Mancuso (2013). Uma vez que o modo de fazer política e de fazer campanha se altera de acordo com este elemento, ele tende, potencialmente, a interferir nas opiniões desta elite política.

A escolha destes fatores é especialmente válida, pois nossa intenção primeira é minimizar os efeitos do viés de auto-recrutamento. Embora demais fatores pudessem ser importantes para a amostragem, não tenderiam a interferir no potencial engajamento do respondente com a pauta de forma tão veemente quanto, especialmente, o partido político ou, também, o tamanho do município. Embora a região possa ser importante para compreender a distribuição das preferências, não há motivos concretos para crer que respondentes sujeitos a esta variável tenham interesses específicos que os leve a ser mais propensos a responder a este questionário do que outros. No entanto, há motivos concretos para que respondentes de partidos diferentes sejam mais ou menos propensos a responder ao questionário, enviesando os resultados.

Portanto, estudos que se valham de *surveys* online precisam ponderar estatisticamente sua amostragem, como fizemos. Há diversas outras implicações desta técnica, mas isto já nos foge ao escopo.

Outra questão metodológica é a ausência de controle sobre os respondentes. Como argumentam Bolognesi e Perissinotto (2015), é possível que os respondentes terceirizem o preenchimento do questionário a assessores. Este é um problema com potencial de ocorrer em *surveys* online que visem respondentes com algum status social, como políticos, empresários, artistas etc. Em nossa aplicação contornamos este problema deixando claro, na apresentação, que gostaríamos do posicionamento “da campanha”, podendo o respondente ser o próprio candidato, o coordenador de campanha ou equivalente que pudesse falar em nome dele. Logo, embora este aspecto seja, de fato, um problema em outras pesquisas, em nosso caso não foi um fator relevante.

Por último, compreendemos que os resultados desta pesquisa sejam encarados em *termos comparativos* – e, neste aspecto, reside algum espaço para eventual contribuição com o campo de estudos. Isto porque – apesar de nossas precauções metodológicas – após processados os dados, verificamos a existência de um considerável viés de aprovação a algumas respostas. A constatação da existência deste viés inviabiliza que os dados sejam encarados como refletindo, de fato, o mundo real. Os patamares apresentados não podem e não devem ser tomados de forma literal. Está claro que existiu um viés de aprovação às respostas e é improvável que estes patamares encontrem similares na realidade concreta. Os mecanismos através dos quais este viés foi produzido ainda estão sob investigação

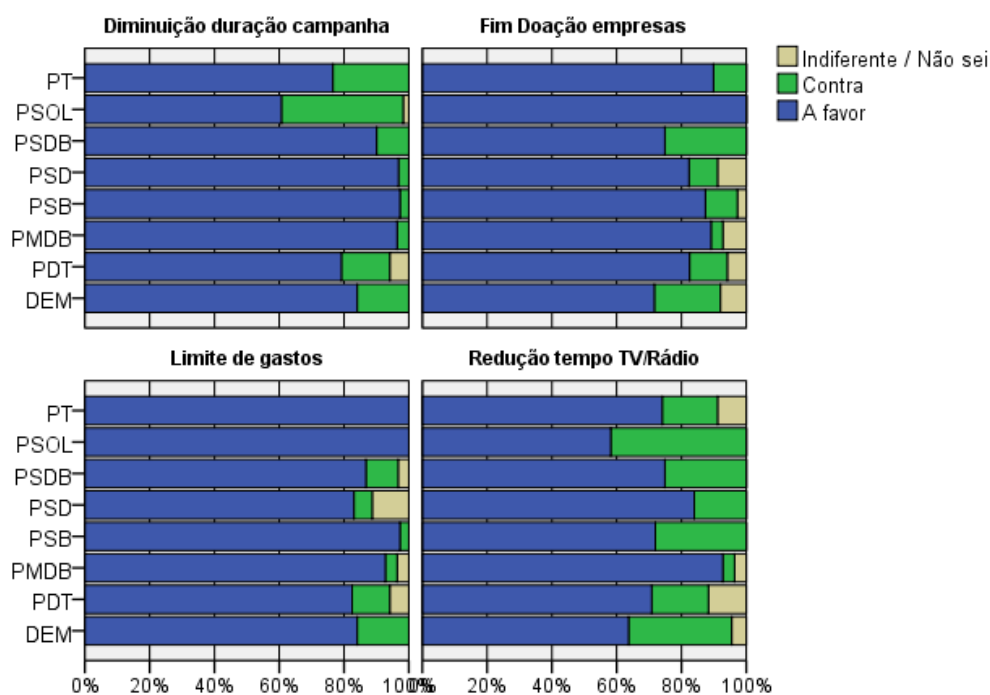
e não estão totalmente clarificados. A discussão metodológica deste aspecto foge ao escopo deste artigo.

No entanto, assumindo – como é razoável assumir, do ponto de vista estatístico – que a distribuição deste viés afetou em níveis iguais ou equivalentes todos os respondentes, a perspectiva *comparativa* – entre os grupos aos quais nos propomos comparar – dos dados permanece válida. Isto é, nossa atenção principal deve voltar-se para as distâncias entre os atores analisados e como eles se distinguem ou se aproximam. A seguir, trataremos os resultados.

3. DISTRIBUIÇÃO DAS PREFERÊNCIAS POR PARTIDO

Nesta seção, iremos verificar a distribuição das respostas às perguntas já apresentadas, por partido. Iremos considerar apenas os principais partidos. Primeiro, por uma questão de número de respondentes. Alguns partidos pequenos tiveram poucos respondentes, de modo que as porcentagens dentro destes partidos não são bons indicadores (por exemplo, se algum partido teve quatro respondentes apenas, as porcentagens variariam sempre na casa dos 25%). Segundo, por uma questão de importância dos atores.

Gráfico 1 – Mudanças de 2016, por partido



Fonte: Elaboração própria

Percebemos que:

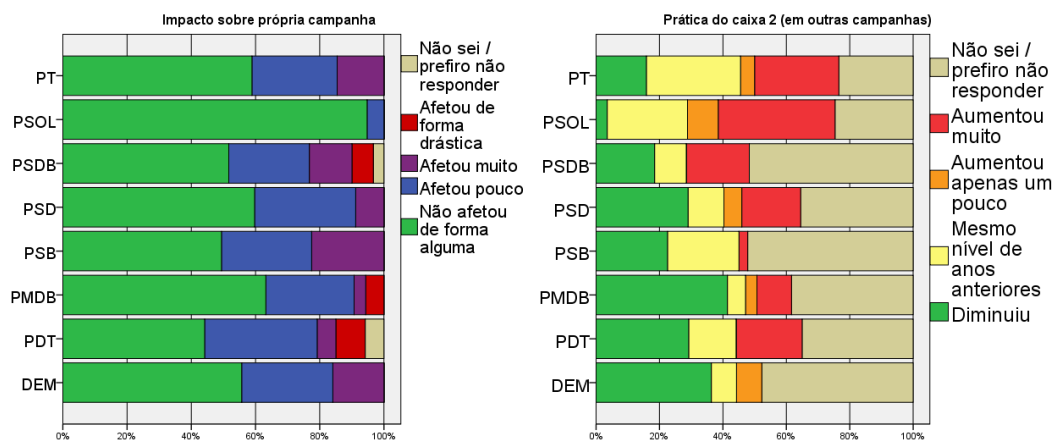
a) sobre a redução do tempo de campanha, PSOL, PT, PDT e DEM são os partidos que mais desaprovam a medida, embora, em geral, os níveis de aprovação sejam altos.

b) sobre o fim das doações empresariais, os resultados vão na mesma direção dos debates existentes na sociedade, com PSOL 100% a favor, e PSDB e DEM sendo os partidos que mais se posicionam contrários.

c) sobre o teto de gastos para candidatos, apenas o DEM tem valores distintos dos demais, sendo contrário à medida. Aqui, vale lembrar de pesquisas sobre recrutamento de candidatos. Entre outras, Perissinotto e Veiga (2014) sugerem que o peso para ter recursos próprios de financiamento de campanha é um fator importante para ser escolhido candidato em partidos de centro-direita. Logo, faz sentido lógico que partidos como o DEM tendam a desaprovar um teto de gastos de campanha.

d) sobre a redução do bloco diário do horário eleitoral na TV e rádio, percebemos que é onde reside a maior divisão. As maiores aprovações ocorrem em partidos maiores, como PMDB, PT e PSDB – apesar de que o nível de aprovação no PSD também é alto –, enquanto as maiores desaprovações ocorrem no PSOL, DEM e PSB.

Gráfico 2 – Efeitos do fim da doação empresarial



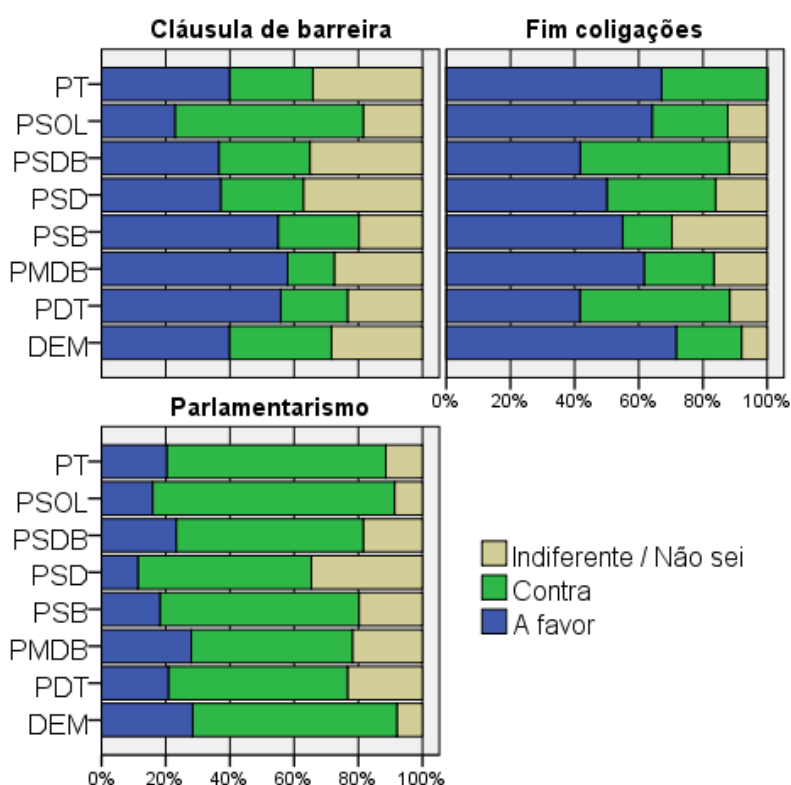
Fonte: Elaboração própria

Sobre os efeitos do fim da doação empresarial para campanhas, temos duas questões. Uma sobre os efeitos sentidos sobre a própria campanha; outra sobre a percepção a respeito do caixa dois no conjunto de candidatos (não sobre si mesmo).

PDT, PSDB e PMDB são os partidos com maior incidência de “afetou de forma drástica”, enquanto o DEM e PT seguem logo depois, com incidência de “afetou muito”.

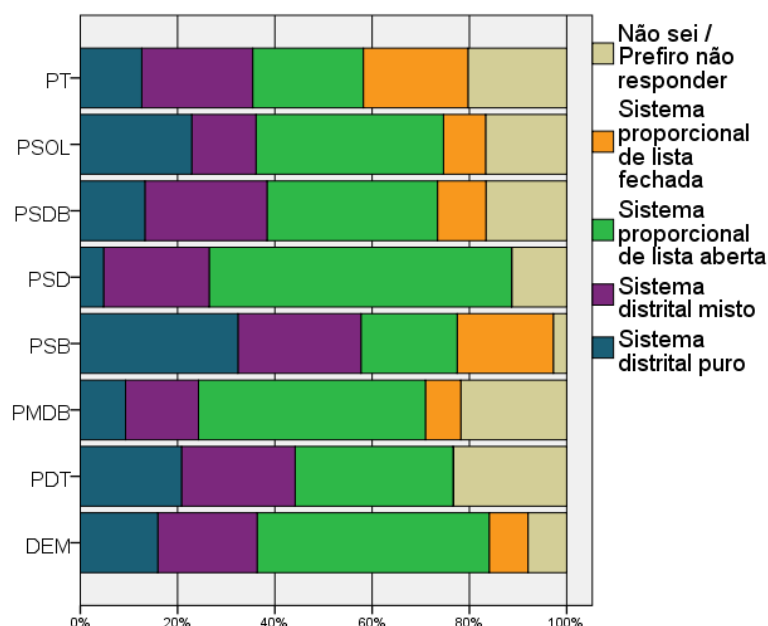
Sobre a percepção acerca do caixa dois, percebemos uma parcela grande de respondentes optando por não se manifestar, possivelmente devido à sensibilidade do tópico. Neste tópico, a posição ideológica parece afetar as percepções manifestas. Partidos mais à centro-direita, como DEM, PMDB e PSD apresentaram valores altos de “diminuiu o caixa dois”, ao passo que partidos mais à esquerda, como PT e PSOL apresentaram valores altos de “aumentou muito o caixa dois”. Já PDT e PSDB apresentam patamares equilibrados das duas respostas.

Gráfico 3 – Propostas de mudanças futuras



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 4 – Sistema eleitoral preferido



Fonte: Elaboração própria

Curiosamente, o fim das coligações encontra apoio em quase todos partidos, embora com patamares distintos. Este é um resultado em certa medida estranho, visto que muitos candidatos se beneficiam deste recurso nas estratégias eleitorais e o tema está longe de ser consenso. O PDT e o PSDB foram os únicos em que a posição contrária prevaleceu. Aprovação ainda maior é encontrada sobre a cláusula de barreira, em que apenas os candidatos do PSOL posicionaram-se mais contrários do que favoráveis.

Já o parlamentarismo, encontra desaprovação em todos partidos. Seus maiores índices de aceitação estão no DEM e no PMDB, com valores acima do PSDB. Resultado surpreendente, dado que esta é uma das bandeiras do PSDB.

Sobre o sistema eleitoral preferido, precisamos lembrar que há certo limite metodológico, aqui, já que são candidatos ao executivo opinando e este tópico refere-se às eleições legislativas. Dito isto, percebemos que o sistema atual encontra seus maiores graus de aprovação entre o PSD, DEM e PMDB. Por sua vez, o sistema de lista fechada parece ser o mais controverso. Enquanto figura entre as primeiras posições para PT e PSB, foi o único sistema a contar com zero votos de algum dos partidos (no caso PDT e PSD). No PSB, aliás, curiosamente o sistema distrital puro é o que ocupa a primeira posição das preferências.

Já o PSDB, intrigantemente, apresentou distribuição muito próxima da média de seus pares, com o sistema de lista aberta em primeiro, seguido pelo distrital misto e o distrital puro. Isto foi uma surpresa, já que o PSDB defende programaticamente o distrital misto. Ou seja, os candidatos locais do PSDB parecem não ter claras quais são as bandeiras do programa de seu partido.

Por último, e não menos importante: o sistema distrital misto foi o segundo preferido de praticamente *todos* os partidos. A única exceção foi o PSOL, onde ele ficou em terceiro, atrás do sistema atual e do distrital puro. Levando em consideração a importância da transitividade das preferências, ser a segunda opção preferida por praticamente todos pode conferir ao modelo distrital misto uma vantagem competitiva que pode vir a ajudá-lo no futuro em trâmites legislativos.

4. POLÍTICOS VS. NÃO-POLÍTICOS

Questionados os respondentes sobre sua experiência política 26,4% respondeu que se tratava da primeira vez que se candidatava, 19,0% respondeu que já havia sido candidato anteriormente, mas nunca eleito e 54,6% respondeu que já havia sido eleito a algum cargo antes (independente de ocupar ou não algum cargo eletivo no momento).

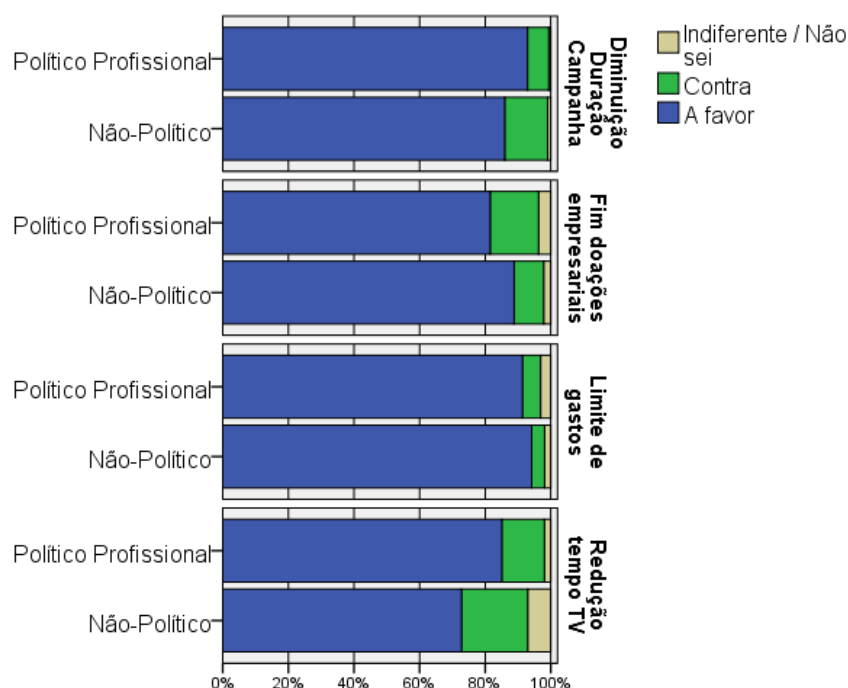
Agregamos as duas primeiras categorias em uma só, criando uma variável binária políticos e não-políticos. A literatura tem mostrado que ser político profissional é distinto de não o ser, com implicações em uma série de aspectos sociais (CODATO; COSTA; MASSIMO, 2014). Bowler argumentou que as estruturas de auto-interesse (se o candidato ganhava ou perdia a eleição) eram a principal variável a definir os posicionamentos de candidatos sobre reforma eleitoral:

O auto-interesse fornece expectativas sobre as preferências dos vencedores que são membros do governo. Esperamos que eles sejam mais solidários com os arranjos eleitorais atuais e mais resistentes à mudança institucional. Por outro lado, espera-se que aqueles que perderam uma eleição e cujo partido está fora do poder sejam menos simpáticos com o status quo e mais solidário com as mudanças institucionais. [...] O interesse próprio também nos leva a esperar um adicional efeito, independente do status de político como vencedor ou perdedor. É improvável que candidatos de partidos menores controlem o governo – mesmo sob representação proporcional, sua melhor esperança é servir como o membro minoritário de uma coalizão. Candidatos de pequenos partidos podem ser mais propensos a abraçar as reformas que alteram a influência

dos legisladores em exercício (limite de mandatos) e regras que dão aos outsiders mais influência sobre a agenda pública (democracia direta). (BOWLER; DONOVAN; KARP, 2006, p. 437)⁴

Desta forma, interessa saber se as visões sobre os tópicos relacionados à reforma política também são afetadas pela condição e os interesses destes atores. Nesta seção, iremos apresentar os resultados a partir desta divisão.

Gráfico 5 - Mudanças de 2016



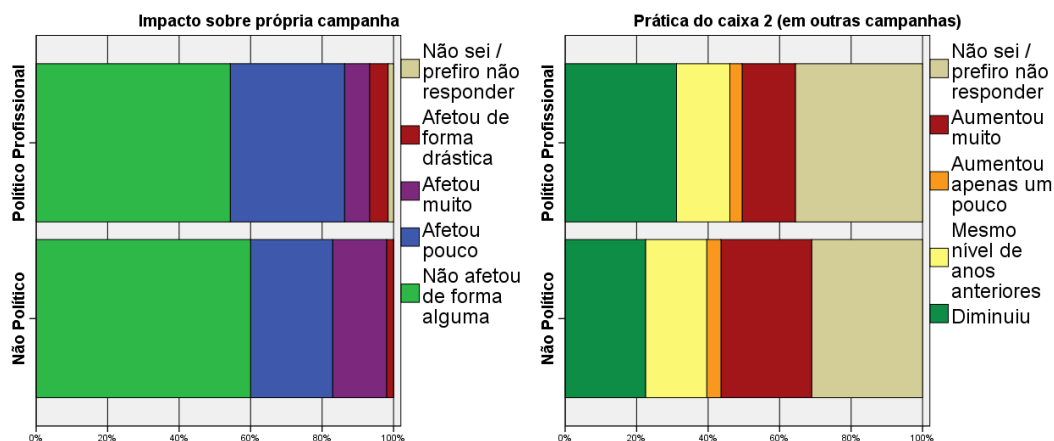
Fonte: Elaboração própria

Embora, nestas questões, os patamares sejam muito próximos, praticamente todos os resultados são consonantes à hipótese do auto-interesse como força motora das opiniões. Verificamos que os políticos profissionais tendem a ser mais a

⁴ No original: “Self-interest provides expectations about the preferences of winners who are members of the government. We expect them to be most supportive of current electoral arrangements and most resistant to institutional change. Conversely, those who personally lose an election and whose party is out of power are expected to be least sympathetic to the status quo and most supportive of institutional changes. [...] Self-interest also leads us to expect an additional effect, independent of the politician’s status as a winner or loser. Candidates of smaller parties are unlikely to control government—even under proportional representation (PR) their best hope is to serve as the junior member of a coalition. Small-party candidates may thus be more likely to embrace reforms that alter the influence of incumbent legislators (term limits) and rules that give outsiders more influence over the public agenda (direct democracy).”

favor da diminuição do tempo de campanha, a favor da redução do tempo de TV e rádio e contra o fim das doações empresariais. Sobre o limite de gastos, as opiniões não se diferenciaram substancialmente.

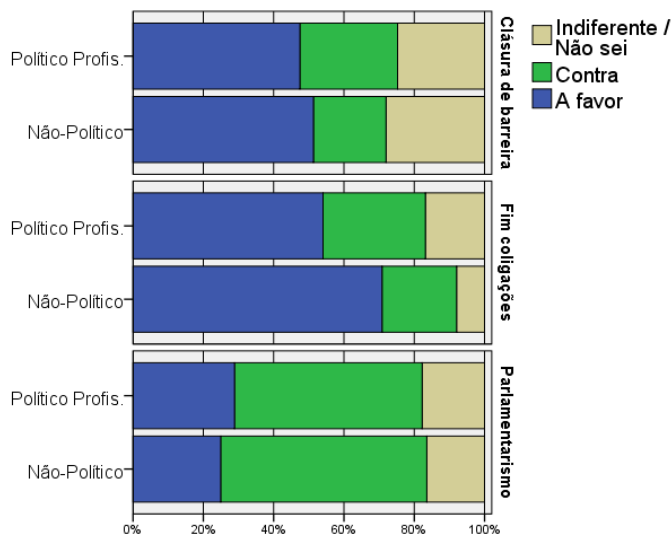
Gráfico 6 – Efeitos do fim da doação empresarial



Fonte: Elaboração própria

Na primeira pergunta, percebemos que a comparação dos dois grupos não gera grandes distinções. Curiosamente, não-políticos apresentam maior taxa de resposta de “afetou muito” e “não afetou”. Por outro lado, políticos responderam mais “forma drástica” e “afetou pouco”. Sobre a percepção acerca do caixa dois, enquanto o político profissional enxerga a “diminuição do caixa dois”, o não-político acredita que “aumentou muito o caixa dois”. Nos outros dois itens desta pergunta, há patamares semelhantes de respostas.

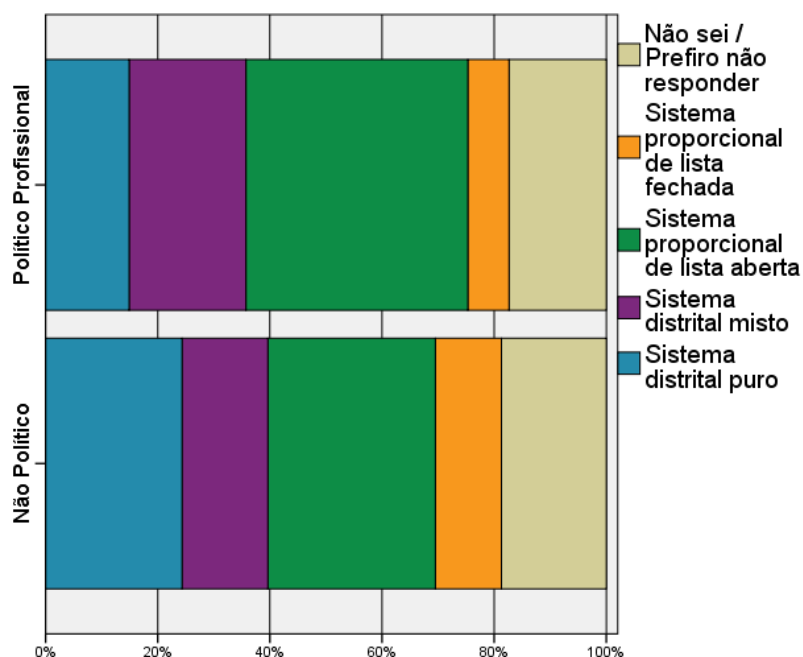
Gráfico 7 – Propostas de mudanças futuras



Fonte: Elaboração própria

Nos tópicos sobre clausura de barreira e fim das coligações os posicionamentos se distanciaram mais – novamente, consonante ao modelo dos auto-interesses. Políticos profissionais tendem a serem mais contrários às duas medidas do que os amadores. Sobre a adoção do parlamentarismo, as respostas são quase idênticas nos três itens de respostas, não existindo distinções entre os dois grupos.

Gráfico 8 – Sistema eleitoral preferido



Fonte: Elaboração própria

O modelo distrital misto que, como vimos, é o segundo preferido de praticamente todos partidos, é também o segundo preferido entre os políticos profissionais. Entre os políticos amadores, alcança apenas a terceira colocação, atrás do sistema atual e do distrital puro.

A maior diferença entre os não-políticos é a maior taxa de aprovação de uma eleição majoritária, pelo sistema distrital puro. Novamente, este resultado faz sentido à luz da hipótese do auto-interesse.

O sistema atual foi o preferido dos dois grupos, embora com patamares distintos – encontra maior aprovação entre os políticos profissionais. O sistema de lista fechada alcançou o último lugar da preferência de ambos os grupos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou os resultados iniciais de um *survey* online aplicado aos candidatos a prefeito em 2016, sobre temas relacionados à reforma política. Verificamos as opiniões sobre três blocos de questões: as mudanças na legislação ocorridas em 2016; os efeitos percebidos sobre a campanha por causa do fim das doações empresariais e sobre as pautas de propostas para futuras reformas.

Após uma discussão metodológica sobre os limites desta abordagem e ponderações estatísticas, apresentamos as distribuições das preferências entre duas variáveis: por partido político e pela divisão entre políticos profissionais e amadores.

Seguindo parcialmente na trilha da pesquisa Shaun Bowler , Donovan e Karp (2006), apresentamos duas hipóteses. a) *existem congruências entre as preferências elites nacionais e das elites locais*; b) *políticos profissionais tendem a ser mais propensos pela manutenção das regras que os beneficiam e amadores tendem a ser mais favoráveis às mudanças institucionais*.

Nossa primeira hipótese foi parcialmente negada. Enquanto é comprovada verdadeira para o caso dos candidatos do PT, que apresentam respostas na mesma direção das propostas de seu programa partidário e/ou seus líderes – como a defesa da lista fechada – a hipótese foi negada para o caso do PSDB, cujos candidatos a prefeito não defendem nem o sistema distrital misto nem o parlamentarismo – duas bandeiras deste partido.

A segunda hipótese foi confirmada. Políticos profissionais e amadores tendem a avaliar de forma distinta, tal como o esperado teoricamente. Profissionais são mais favoráveis às medidas que dificultam a entrada de novos atores no campo – como a diminuição do tempo de campanha e do tempo de televisão e rádio.

A relevância de tais resultados – ainda que com as limitações que discutimos anteriormente – residem na compressão dos fatores que levam os atores a adotar seus posicionamentos, o que pode contribuir, em sentido mais amplo, para o melhor entendimento do debate político nacional acerca das mudanças institucionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETHLEHEM, Jelke G. *Applied survey methods : a statistical perspective*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2009.

BOLOGNESI, Bruno; PERISSINOTTO, Renato. O uso do survey no estudo do recrutamento político: limites e vantagens. In: PERISSINOTTO, RENATO; CODATO, ADRIANO (Org.). *Como estudar elites*. Curitiba: Editora UFPR, 2015. p. 33–60.

BOWLER, Shaun; DONOVAN, Todd; KARP, Jeffrey A. Why Politicians Like Electoral Institutions: Self-Interest, Values, or Ideology? *The Journal of Politics*, Vol. 68, No. 2, May 2006, Pp., v. 68, n. 2, p. 434–446, 2006.

CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas. Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico. *Opinião Pública*, v. 20, n. 3, p. 346–362, dez. 2014.

COUPER, Mick P. Web surveys: A review of issues and approaches. *Public Opinion Quarterly Volume 64*, v. 64, p. 464–494, 2000.

DUDA, Mark Damian; NOBILE, Joanne L. The Fallacy of Online Surveys: No Data Are Better Than Bad Data. *Human Dimensions of Wildlife*, v. 15, n. 1, p. 55–64, 29 jan. 2010.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; VEIGA, Luciana Fernandes. Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para Deputado Federal de 2010. *Opinião Pública*, v. 20, n. 1, p. 49–66, 2014.

POWER, Timothy; ZUCCO JR., Cesar (Org.). *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

SPECK, Bruno Wilhelm; MANCUSO, Wagner Pralon. O que faz a diferença? Gastos de campanha, capital político, sexo e contexto municipal nas eleições para prefeito em 2012. *Cadernos Adenauer*, v. XIV, n. 2, p. 109–126, 2013.

TOURANGEAU, Roger; CONRAD, Frederick G.; COUPER, Mick P. *The science of web surveys*. New York: Oxford University Press, 2013.

Apêndices

Tabela 1 – Respostas por partidos (em %)

		Red. Duração Campanha	Tempo TV	Fim Doação empresas	Limite de gastos	Fim coligações	Cláusula de barreira	Parlament.
DEM	A favor	84,1	63,7	71,6	84,1	71,6	39,8	28,4
	Contra	15,9	31,8	20,4	15,9	20,4	31,8	63,7
	Indiferente / Não sei	0,0	4,5	8,0	0,0	8,0	28,4	8,0
PDT	A favor	79,2	70,8	82,5	82,5	41,6	55,8	20,8
	Contra	15,0	17,5	11,7	11,7	46,7	20,8	55,8
	Indiferente / Não sei	5,8	11,7	5,8	5,8	11,7	23,4	23,4
PMDB	A favor	96,4	92,7	89,1	92,7	61,6	58,0	27,9
	Contra	3,6	3,6	3,6	3,6	21,8	14,5	50,3
	Indiferente / Não sei	0,0	3,6	7,3	3,6	16,6	27,5	21,8
PSB	A favor	97,2	71,9	87,4	97,2	54,9	54,9	18,2
	Contra	2,8	28,1	9,9	2,8	15,4	25,3	62,1
	Indiferente / Não sei	0,0	0,0	2,8	0,0	29,7	19,8	19,8
PSD	A favor	96,8	83,9	82,3	83,0	50,0	37,1	11,3
	Contra	3,2	16,1	8,8	5,7	33,9	25,8	54,1
	Indiferente / Não sei	0,0	0,0	8,8	11,3	16,1	37,1	34,6
PSDB	A favor	90,0	74,9	74,9	86,7	41,7	36,5	23,2
	Contra	10,0	25,1	25,1	10,0	46,5	28,4	58,3
	Indiferente / Não sei	0,0	0,0	0,0	3,3	11,8	35,1	18,5
PSOL	A favor	60,7	58,1	100,0	100,0	64,1	22,9	15,9
	Contra	37,6	41,9	0,0	0,0	23,6	58,7	75,4
	Indiferente / Não sei	1,7	0,0	0,0	0,0	12,2	18,4	8,7
PT	A favor	76,5	74,0	89,9	100,0	67,1	39,9	20,3
	Contra	23,5	17,1	10,1	0,0	32,9	26,0	68,3
	Indiferente / Não sei	0,0	8,9	0,0	0,0	0,0	34,2	11,4
Outros	A favor	90,1	81,3	86,6	96,6	70,9	53,4	34,6
	Contra	8,9	13,3	12,6	2,5	17,6	25,4	52,9
	Indiferente / Não sei	1,0	5,4	,8	,8	11,5	21,3	12,5

Fonte: Elaboração própria

Tabela 2 – Respostas por partidos (em %) (continuação)

		DEM	PDT	PMDB	PSB	PSD	PSDB	PSOL	PT	Outros
Efeitos fim doação empresarial na campanha	Afetou de forma drástica	0,0	9,1	5,7	0,0	0,0	6,6	0,0	0,0	3,8
	Afetou muito	15,9	5,8	3,6	22,5	8,8	13,3		14,6	10,8
	Afetou pouco	28,4	35,0	27,5	28,1	31,5	25,1	5,2	26,5	28,3
	Não afetou de forma alguma	55,7	44,2	63,2	49,4	59,7	51,7	94,8	58,9	56,8
	Não sei / prefiro não responder	0,0	5,8	0,0	0,0	0,0	3,3	0,0	0,0	0,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Caixa 2 na campanha dos outros	Aumentou apenas um pouco o caixa 2	8,0	0,0	3,6	0,0	5,7	0,0	9,7	4,4	4,6
	Aumentou muito o caixa 2	0,0	20,8	10,9	2,8	18,5	19,9	36,9	26,5	25,5
	Diminuiu o caixa 2	36,3	29,2	41,4	22,5	29,0	18,5	3,5	15,8	26,3
	O caixa 2 tem sido o mesmo nível de anos anteriores	8,0	15,0	5,7	22,5	11,3	10,0	25,3	29,7	20,1
	Não sei / prefiro não responder	47,8	35,0	38,4	52,2	35,5	51,7	24,6	23,5	23,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sistema eleitoral preferido	Sistema distrital misto	20,4	23,4	15,0	25,3	21,7	25,1	13,2	22,8	14,8
	Sistema distrital puro	15,9	20,8	9,3	32,4	4,8	13,3	22,9	12,6	25,9
	Sistema proporcional de lista aberta	47,8	32,5	46,6	19,8	62,2	35,1	38,5	22,8	28,7
	Sistema proporcional de lista fechada	8,0	0,0	7,3	19,8	0,0	10,0	8,7	21,5	10,1
	Não sei / Prefiro não responder	8,0	23,4	21,8	2,8	11,3	16,6	16,7	20,3	20,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3 – Respostas por condição política (em %)

		Diminuição duração campanha	Redução Tempo TV e Rádio	Fim Doação empresas	Limite de gastos	Fim coligações	Cláusula de barreira	Parlamentarismo
Não político	A favor	86,4%	72,8%	89,1%	93,9%	71,4%	51,7%	25,0%
	Contra	12,9%	20,4%	8,8%	4,1%	21,1%	20,4%	58,8%
	Indiferente / Não sei	,7%	6,8%	2,0%	2,0%	7,5%	27,9%	16,2%
Político	A favor	93,2%	84,9%	81,7%	91,1%	53,9%	47,4%	28,8%
	Contra	6,3%	13,0%	14,7%	5,7%	29,3%	27,6%	53,4%
	Indiferente / Não sei	,5%	2,1%	3,7%	3,1%	16,8%	25,0%	17,8%

Fonte: Elaboração própria

Tabela 4 – Respostas por condição política (em %) (continuação)

		Não político	Político
Efeitos fim doação empresarial na campanha	Afetou de forma drástica	2,0%	5,2%
	Afetou muito	14,9%	6,8%
	Afetou pouco	23,0%	31,9%
	Não afetou de forma alguma	60,1%	54,5%
	Não sei / prefiro não responder	0,0%	1,6%
	Total	100,0%	100,0%
Prática de caixa 2 na campanha (dos outros)	Aumentou apenas um pouco o caixa 2.	4,1%	3,6%
	Aumentou muito o caixa 2.	25,2%	14,6%
	Diminuiu o caixa 2.	22,4%	31,3%
	O caixa 2 tem sido o mesmo nível de anos anteriores.	17,0%	15,1%
	Não sei / prefiro não responder	31,3%	35,4%
	Total	100,0%	100,0%
Sistema eleitoral preferido	Sistema distrital misto	15,5%	20,9%
	Sistema distrital puro	24,3%	14,7%
	Sistema proporcional de lista aberta	29,7%	39,8%
	Sistema proporcional de lista fechada	11,5%	7,3%
	Não sei / Prefiro não responder	18,9%	17,3%
	Total	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria